

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultados	7
Demonstrações do resultado abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A.
Barcarena, Pará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	405.283	366.640	Fornecedores:			
Contas a receber de clientes:				Partes relacionadas	11	460.743	232.037
Partes relacionadas	11	210.389	18.425	Terceiros	18	412.173	164.307
Terceiros	9	250.384	261.880	Obrigações de aquisições de coligadas			
Estoques	10	1.190.097	936.656	Partes relacionadas	11 e 20	-	28.916
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	1.914	3.894	Terceiros	20	199.180	59.109
Impostos e contribuições a recuperar	12	129.799	110.604	Empréstimos e financiamentos	21	636.035	669.249
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	25.294	22.957	Arrendamentos	22	36.176	40.317
Adiantamento a fornecedor de energia	25 (a)	-	58.300	Impostos e contribuições		40.797	29.038
Depósitos em garantias	13	210.542	91.296	Salários, provisões e encargos sociais		54.410	56.479
Instrumentos financeiros derivativos	7.3	-	128.480	Outras contas a pagar com partes relacionadas	11	48.170	76.424
Outros recebíveis	14	14.015	14.327	Provisões	23	20.306	7.960
		<u>2.437.717</u>	<u>2.013.459</u>	Dividendos a pagar	23	129.310	365.025
				Instrumentos financeiros derivativos	7.1 (c)	166.539	-
				Passivos a pagar de acordo	19	22.720	-
				Outros		676	2.264
						<u>2.227.234</u>	<u>1.731.125</u>
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	496.806	192.086	Empréstimos e financiamentos	21	1.181.632	522.598
Impostos e contribuições a recuperar	12	357.838	379.653	Arrendamentos	22	36.134	53.378
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		57.696	57.696	Provisões	23	80.507	88.707
Depósitos judiciais	23	10.077	9.188	Passivo diferido	7.3.1 (b)	-	56.703
Adiantamento a fornecedor de energia	25 (a)	-	4.858	Instrumentos financeiros com terceiros	7.3	-	147.234
Depósitos em garantias	13	-	163.732	Instrumentos financeiros derivativos	7.3.1 (b)	100.886	766
Instrumentos financeiros com terceiros	7.3	-	143.436	Passivos a pagar de acordo	19	105.648	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.3	-	40.911	Dividendos a pagar	24	235.715	-
Outros ativos		<u>35.984</u>	<u>31.241</u>	Outros		12.882	12.085
		<u>958.401</u>	<u>1.022.801</u>			<u>1.753.404</u>	<u>881.471</u>
				Patrimônio líquido			
					24		
Investimento em coligadas	17	320.445	105.679	Capital social:		1.978.910	1.278.910
Imobilizado	16	2.524.139	2.164.750	Reservas de capital		13.538	14.584
Intangível		1.042	519	Reserva de lucros		359.219	1.291.815
				Ajuste de avaliação patrimonial		(90.561)	109.303
				Total do patrimônio líquido		<u>2.261.106</u>	<u>2.694.612</u>
Total do ativo		<u>6.241.744</u>	<u>5.307.208</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.241.744</u>	<u>5.307.208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

Demonstrações do resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	25 (b)	5.999.121	5.431.681
Custo dos produtos vendidos e serviços	25 (c)	<u>(5.882.142)</u>	<u>(5.513.167)</u>
Lucro (Prejuízo) bruto		<u>116.979</u>	<u>(81.486)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	26	(159.787)	(133.670)
Gerais e administrativas	26	(209.482)	(211.019)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	<u>(416.314)</u>	<u>90.659</u>
		<u>(785.583)</u>	<u>(254.030)</u>
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		<u>(668.604)</u>	<u>(335.516)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	27	(826.369)	(128.459)
Receitas financeiras	27	<u>347.535</u>	<u>70.288</u>
		<u>(478.834)</u>	<u>(58.171)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.147.438)</u>	<u>(393.687)</u>
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	15	-	-
Diferido	15	<u>213.795</u>	<u>121.850</u>
		<u>213.795</u>	<u>121.850</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u><u>(933.643)</u></u>	<u><u>(271.837)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

Demonstrações do resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(933.643)</u>	<u>(271.837)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Investimentos patrimoniais a VJORA - variação líquida no valor justo	85.939	-
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(285.804)	60.261
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.133.508)</u></u>	<u><u>(211.576)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros					Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social Subscrito	Especial Lei 8.200/91 artigo 2º	Reserva especial	Incentivos fiscais	Legal	Reserva de lucro para expansão	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.128.910	15.523	69.970	177.877	217.011	1.097.854	49.042	-	2.756.188
Realização de reservas	-	(939)	-	-	-	-	-	939	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(271.837)	(271.837)
Reserva especial	-	-	(69.970)	-	-	-	-	69.970	-
Reserva de expansão e investimentos	-	-	-	-	-	(200.928)	-	200.928	-
Hedge Accounting	-	-	-	-	-	-	60.261	-	60.261
Emissão de ações ordinárias AGE 01.11.2023	150.000	-	-	-	-	-	-	-	150.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.278.910	14.584	-	177.877	217.011	896.926	109.303	-	2.694.612
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(933.643)	(933.643)
Realização de reservas	-	(1.046)	-	-	-	-	-	1.046	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge Accounting	-	-	-	-	-	-	(285.804)	-	(285.804)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	85.939	-	85.939
Reserva de expansão e investimentos	-	-	-	-	-	(896.926)	-	896.926	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(35.671)	-	-	-	35.671	-
Emissão de ações ordinárias AGE 26.04.2024	385.000	-	-	-	-	-	-	-	385.000
Emissão de ações ordinárias AGE 01.11.2024	315.000	-	-	-	-	-	-	-	315.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.978.910	13.540	-	142.206	217.011	(0)	(90.561)	-	2.261.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(933.643)	(271.837)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	322.181	267.282
Imposto de renda e contribuição social diferido	(213.796)	(121.850)
Provisões para processos judiciais	(10.048)	(7.070)
Provisão para participação no resultado	34.323	36.483
Provisão TERPAZ	-	59.520
Provisão utilização do adiantamento fornecedor de energia	(4.858)	-
Despesas com Efeito do IPC 89	(5.966)	(7.235)
Operação com derivativos, líquida	2.620	45.528
Provisão com perdas esperadas	(574)	552
Variações monetárias e cambiais, líquidas	445.170	(74.560)
Despesas com juros de empréstimos	156.628	67.234
Despesas financeiras sobre arrendamentos	10.194	11.446
Valor residual do ativo imobilizado baixado por alienação	34.835	31.774
Perda por redução ao valor recuperável de investimento	14.609	-
Baixa de contratos de leasing encerrados	(6.432)	-
Acordo ICMS	123.193	-
Baixa por reavaliação de créditos de PIS/COFINS	(24.794)	(30.586)
	<u>(56.358)</u>	<u>6.681</u>
Variações em:		
Clientes	(183.457)	(35.142)
Estoques	(209.587)	218.919
Impostos e contribuições à recuperar	(22.173)	(125.951)
Outras contas a receber com partes relacionadas	1.980	2.308
Depósitos judiciais	(1.588)	(4.372)
Adiantamento a fornecedor de energia	63.158	58.300
Depósitos em garantias	-	(91.296)
Outros recebíveis	(10.395)	132.761
Contas a pagar a fornecedores terceiros e partes relacionadas	465.301	63.215
Impostos e contribuições	11.759	2.377
Salários e encargos sociais a recolher	32.254	37.059
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(28.254)	(9.475)
Obrigações com Coligadas	60.367	-
Outros passivos	(4.836)	(19.062)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>174.529</u>	<u>229.641</u>
Juros pagos	(136.355)	(51.883)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(41.318)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>(18.184)</u>	<u>143.121</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições ao imobilizado e intangível	(798.873)	(544.740)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(798.873)</u>	<u>(544.740)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamento de empréstimos - principal	(838.682)	(376.523)
Captação de empréstimos	1.052.236	905.975
Aporte de capital	700.000	150.000
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(1.678)	(218)
Pagamento de arrendamentos	(56.176)	(54.306)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>855.700</u>	<u>624.928</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>38.643</u>	<u>223.309</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	366.640	143.331
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>405.283</u>	<u>366.640</u>
	<u>38.643</u>	<u>223.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. ("Companhia" ou "ALBRAS"), com sede na cidade de Barcarena, Pará, foi constituída em outubro de 1974 tendo por objetivo principal a industrialização e a comercialização de lingotes de alumínio. O Projeto ALBRAS teve a sua construção iniciada em 1981 e a sua implantação foi programada em duas etapas de 160 mil toneladas/ano cada uma. Na primeira fase, a ativação das cubas eletrolíticas iniciou-se em julho de 1985 e atingiu plena capacidade em dezembro de 1986. A construção da 2ª fase foi iniciada em outubro de 1987 e a ativação das cubas eletrolíticas ocorreu de maio de 1990 a fevereiro de 1991. Em 1993, como fruto de melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida passando de 320 mil para 345 mil toneladas/ano. Em dezembro de 2001, a Companhia concluiu a expansão de seu parque industrial elevando a sua capacidade de produção para 460 mil toneladas/ano a partir de 2002.

Em 2024, a Albras produziu 449 mil toneladas de alumínio líquido (450 mil toneladas em 2023), sendo 363 mil toneladas (373 mil toneladas em 2023) destinadas à produção de lingotes de alumínio primário e 86 mil toneladas (77 mil toneladas em 2023) de metal primário em forma líquida.

Em 2024 foram comercializadas 447 mil toneladas de alumínio (458 mil toneladas em 2023), as quais foram destinadas da seguinte forma: 233 mil toneladas para o mercado externo (241 mil toneladas em 2023) e 214 mil toneladas para o mercado interno (217 mil toneladas em 2023).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2025 estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- instrumentos financeiros derivativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3 Conversão da moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional). Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 6.

3 Mudança nas políticas contábeis materiais

3.1 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.

O ativo ou passivo fiscal diferido é reconhecido em uma base líquida. Dessa forma, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

A Companhia adotou as alterações ao CPC 26/IAS1 a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Companhia. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Companhia. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois o Grupo não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023.

4 Políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis.

4.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O reconhecimento do ativo financeiro é quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, com exceção as contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foi originado.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: Ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No modelo de negócios adotado pela Companhia, o risco em relação às perdas no saldo do contas a receber é bastante limitado, haja vista que uma quantidade significativa das receitas é direcionada para empresas relacionadas. Isso pode ser observado pela inexistência de perdas materiais históricas em nossos recebíveis. Para as vendas para terceiros, é realizada a análise de crédito onde se determina a capacidade máxima de vendas. Para a qualidade de crédito de instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas principais agências internacionais de *rating*.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.2 Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma coligada está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia.

4.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.4 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e instalações fabris	10 a 40
Equipamento de transporte	5 a 10
Máquinas, equipamento, material permanente	3 a 40
Equipamentos informática	5 a 10
Máquinas equipamentos arrendados	1 a 6
Encargos capitalizados	21 a 34
Provisão para restauração ambiental - ARO (cubas)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "outras receitas operacionais".

4.5 Impairment de ativo não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham

sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Em 2024 e 2023, não foi identificado nenhum indicativo de perda que pudesse levar à necessidade da realização do teste de *impairment*.

4.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

A provisão para restauração ambiental contempla os Rejeitos de Gastos de Cubas (RGC) e a restauração de áreas utilizadas como depósito de rejeito. Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de curto e longo prazo a serem desembolsados, baseado em estudos técnicos realizados por empresa especializada, no momento de encerramento do ativo. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, caso a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão.

A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo sendo a contrapartida no item do ativo imobilizado a que se refere. O passivo não circulante é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada, e registrado contra o resultado do período, em resultado financeiro (variações monetárias e cambiais, líquidas). O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, determinado por períodos de apuração mensais com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

4.8 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de produtos - Alumínio

A Companhia é uma fábrica de eletrólise e fundição que produz e vende lingotes de alumínio primário, alumínio ligado e alumínio primário líquido. As vendas dos lingotes de alumínio são feitas nas modalidades DAP (Delivered At Place), DAT (Delivered At Terminal), FOB (Free On Board) em navios no Porto de Vila do Conde, para exportação e mercado interno, bem como em caminhões destinados ao mercado doméstico e as vendas de alumínio líquido em modalidade CPT (Carriage Paid To), para vendas apenas no mercado interno.

Em relação à precificação das vendas realizadas para empresas relacionadas e acionistas, o material é precificado baseado no acordo básico de vendas da Companhia e qualquer potencial alteração deverá ser comunicada e aprovada pelos acionistas.

As vendas da Companhia para outros clientes (empresas não relacionadas), principalmente no mercado doméstico, são realizadas diretamente pela Albras, com contratos negociados por agentes comerciais. A validação dos preços e condição de pagamento são realizadas pela gerência da Companhia e submetida ao comitê comercial (integrantes nomeados pelos acionistas) para potencial aprovação.

Para que essa venda seja realizada os acionistas cedem à Albras o direito de comercialização de parte do metal, em contrapartida os acionistas recebem uma comissão sob o volume disponibilizado.

4.9 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Albras mantém instrumentos financeiros derivativos embutidos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, call option de seu principal contrato de Energia “Projeto Boa Sorte”, exercido em 2023.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, e mensurados através de outros resultados abrangentes.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia da aquisição do instrumento de *hedge*. Adicionalmente, documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

5a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto

sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

5b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas:

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. Em 31 de dezembro de 2024 houve reconhecimento de perda de créditos fiscais que na avaliação da companhia não poderá ser recuperado.

6.2 Provisão para restauração ambiental

O cálculo da provisão para restauração ambiental contempla os Rejeitos de Gastos de Cubas (RGC) e restauração das áreas utilizadas como depósito de rejeitos. O passivo é reconhecido quando o ativo é construído e está pronto para uso ou quando a obrigação for incorrida se imposta em uma data posterior. As variações na valorização do passivo constituído são reconhecidas pela mudança no valor presente do passivo e classificadas como parte da despesa financeira. Passivos que dependam de evento futuro (por exemplo, o período ou método de liquidação) são reconhecidos no valor justo do passivo, se puderem ser razoavelmente estimados.

6.3 Provisão para valor recuperável dos ativos (impairment)

Anualmente, caso haja eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos bens do imobilizado. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso. Em 2023 e 2024 não houve identificação de “trigger” de impairment.

6.4 Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, amparados pela opinião e avaliação de expectativas de perdas ou êxitos de seus consultores legais externos e assessores jurídicos internos. As provisões para as eventuais perdas prováveis são registradas no balanço, e para as contingências de prognósticos possíveis essas são publicadas em nota explicativa.

6.5 Instrumentos financeiros Derivativos

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira utilizando a contabilidade de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas no Patrimônio Líquido e, à medida que ocorre a realização, é transferido para Resultado.

Adicional ao hedge, a companhia também faz uso da call option (opção futura pela compra da participação societárias designada pelo preço determinado no contrato) e swap (com o mesmo tratamento do hedge).

6.6 Influência Significativa

A Companhia concluiu ter influência significativa em seus investimentos em coligadas (vide Nota Explicativa nº 17), já que possui a prerrogativa de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais das investidas.

Em 2023, o Investimento em Instrumento Financeiro VJORA “Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A” era classificado desta forma devido a não influência significativa que a Companhia possuía. Com o início da operação do projeto, algumas mudanças fundamentais, previstas em contrato e no acordo de acionistas, ocorreram: participação no conselho, direito à voto, relevância como consumidor final. Sendo assim, o investimento foi reclassificado de instrumento financeiro (VJORA) para investimento em coligada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

Imediatamente após o investimento ganhar influência significativa, aplicamos o método de valor de justo para mudança de classificação do investimento de instrumento financeiro para investimento em coligada. Segundo essa abordagem, uma entidade determina o custo de seu investimento na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, como a soma do valor justo da participação inicial na data em que obtém influência significativa ou controle conjunto, acrescido da contraprestação paga por qualquer participação adicional.

6.7 Provisão para valor recuperável de ágio

O valor recuperável do Investimento em Coligada (Nota 17) foi baseado no valor justo, estimado com base em estudo de mercado “Valuation”, com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável, o ágio do investimento foi consumido e atualmente o valor recuperável é igual ao valor total contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará uma perda adicional.

7 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

7.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. *Risco de mercado*

(i) *Risco cambial*

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar Americano (USD). O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos.

A Administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2024				2023			
	R\$	USD	EUR	CHF	R\$	USD	EUR	CHF
Caixas e equivalentes de caixa	272.660	44.032	-	-	159.790	33.006	-	-
Contas a receber de terceiros e partes relacionadas	192.019	31.099	-	-	-	-	-	-
Deposito em garantia	210.542	34.001	-	-	255.028	52.500	-	-
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	(872.916)	(50.139)	(7)	(419)	(396.344)	(38.838)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(1.817.667)	(294.410)	-	-	(1.191.847)	(245.887)	-	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	(2.015.362)	(235.417)	(7)	(419)	(1.173.373)	(199.219)	-	-
Contratos Cambiais Futuros (NDF)	(267.425)	(340.000)	-	-	166.006	339.000	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	2.619	475	-	-
Exposição líquida instrumentos financeiros	(267.425)	(340.000)	-	-	168.625	339.475	-	-

Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia estima os seguintes efeitos quando aplicados os testes de sensibilidade para cenários que variam de 25% e 50% , a fim de apresentar a parcela de acréscimo

na deterioração na variável de risco considerada, sobre os valores de empréstimos e financiamento e contratos a termo atrelados ao dólar, separadas pelas dívidas atreladas ao dólar-americano. A Companhia considerou no cenário provável as projeções da taxa de câmbio na data do balanço (orçamento aprovado pela Administração), conforme abaixo:

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Instrumentos em moeda estrangeira US\$								
Dívida atrelada ao dólar				-15,38%	- 19,22%	- 23,07%	- 11,53%	-7,69%
Posição Passiva em 31/12/2024	(1.817.667)	US\$		(2.097.202)	(2.167.086)	(2.236.969)	(2.027.318)	(1.957.434)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(279.557)	(349.356)	(419.336)	(209.577)	(139.779)
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Instrumentos em moeda estrangeira US\$								
Dívida atrelada ao dólar				-5,69%	-7,11%	-8,53%	-4,27%	-2,84%
Posição Passiva em 31/12/2023	(1.191.847)	US\$		(1.259.638)	(1.276.585)	(1.293.533)	(1.242.690)	(1.225.742)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(67.791)	(84.738)	(101.686)	(50.843)	(33.895)
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Contratos a termo (NDF)								
Dívida atrelada ao dólar				-15,78%	-19,73%	-23,67%	-11,84%	-7,89%
Posição Passiva em 31/12/2024	(267.425)	US\$		(225.218)	(214.667)	(204.115)	(235.770)	(246.322)
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(42.206)	(52.758)	(63.309)	(31.655)	(21.103)
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Contratos a termo (NDF)								
Dívida atrelada ao dólar				4,83%	6,03%	7,24%	3,62%	2,41%
Posição Ativa em 31/12/2023	310.000	US\$		324.964	328.705	332.447	321.223	317.482
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(14.964)	(18.705)	(22.447)	(11.223)	(7.482)
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Contratos a termo (NDF)								
Dívida atrelada ao dólar				4,83%	6,03%	7,24%	3,62%	2,41%
Posição Passiva em 31/12/2023	29.000	US\$		30.400	30.750	31.100	30.050	29.700
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	(1.400)	(1.750)	(2.100)	(1.050)	(700)

(ii) *Risco de taxa de juros*

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O fluxo de caixa operacional da Companhia está exposto a taxas de câmbio e taxas de juros. Uma avaliação de um potencial impacto da exposição a risco de mercado é realizada periodicamente para sustentar o processo de tomada de decisão em relação à estratégia de gestão de fluxo de caixa, que poderá incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. A carteira de instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, capacitando a Companhia a avaliar adequadamente os resultados financeiros e seus impactos no fluxo de caixa e a garantir a correlação entre as estratégias implantadas e os objetivos propostos.

O risco da taxa de juros pode ser observado nas operações de empréstimos de longo prazo com taxa flutuante, porém tal exposição não compõe todo o portfólio de dívida da Companhia. Em geral, dívida com taxa flutuante em dólares americanos está sujeita às variações da SOFR (Secured Overnight Financing Rate). Operações de empréstimos emitidas a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros, mas não surtem impacto no fluxo de caixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, se necessário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

A Companhia entende que os efeitos da análise de sensibilidade para seus empréstimos e financiamentos atrelados ao dólar como insignificantes uma vez que os mesmos possuem taxas contratuais pré-fixadas.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros e derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Passivos Financeiros não derivativos

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	872.916	(872.916)		
Obrigações de aquisições de associadas	199.180	(199.180)		
Empréstimos e financiamentos	1.817.667	(633.949)	(538.567)	(645.152)
Outras contas a pagar parte relacionadas	48.170	(48.170)		
Outros passivos a pagar de acordo	128.368	(26.414)	(26.414)	(75.540)
Arrendamentos	72.310	(36.176)	(34.859)	(1.275)
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	396.344	(396.344)	-	-
Obrigações de aquisições de coligadas	88.025	(88.025)	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.191.847	(668.629)	(357.637)	(165.581)
Outras contas a pagar parte relacionadas	76.424	(76.424)	-	-
Arrendamentos	93.695	(40.317)	(28.534)	(24.844)

Passivos Financeiros derivativos

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Instrumentos financeiros derivativos				
Saída	267.425	(166.539)	(100.886)	
Entrada				
Em 31 de dezembro de 2023				
Instrumentos financeiros derivativos				
Saída	766	-	-	-
Entrada	-	-	(766)	-

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

7.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

7.3 Instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, caixa equivalente de caixa, arrendamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, devido à suas características e prazos de vencimentos se aproximam do valor justo.

A Companhia adotou o CPC 40 (R1) para mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, e que requerem divulgação da hierarquia do valor justo.

	Valor contábil	
	2024	2023
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	405.283	366.640
Contas a receber de clientes com partes relacionadas	210.389	18.425
Contas a receber de clientes	250.384	261.880
Outras contas a receber com partes relacionadas	1.914	3.894
Outros recebíveis	14.015	14.327
	881.985	665.166
 Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Instrumento financeiro derivativo embutido (Nível 3)	-	2.620
Ações Eletrobras (Nível 1)	5.063	6.286
	5.063	8.906

	Valor contábil	
	2024	2023
Ativos financeiros mensurados por outros resultados abrangentes		
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 2)	-	166.772
Instrumento financeiro (Nível 3) (a)	-	143.436
	-	310.208
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	412.173	164.307
Obrigações de aquisições de associadas (a)	199.810	-
Fornecedores parte relacionadas	460.743	232.037
Instrumentos financeiros com terceiros	-	147.234
Outras contas a pagar com partes relacionadas	48.170	76.424
	1.120.265	620.002
Passivo financeiros mensurados por outros resultados abrangentes		
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 2) (b)	267.425	766

- (a) Refere-se à aquisição de 10% em julho de 2023 do projeto de energia sustentável Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.
- (b) Refere-se ao “hedge accounting” que em 2023 era um ativo financeiro e em 2024 passou a ser um passivo financeiro.

Hierarquia de valor justo

A tabela acima apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados, em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia possui derivativos embutidos mensurados pelo valor justo por meio do resultado classificados como nível 3.

Operações com derivativos (*Non-Deliverable Forwards - NDFs*) - O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pré-fixadas são baseadas em taxas cotadas a preços futuros (*forwards*). Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir das fontes similares (Bolsa Brasil Balcão – B3) que refletem a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar operações a termo de moeda (NDFs). A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte.

A Companhia possui derivativos mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes classificados como nível 2 e nível 3.

7.3.1 Instrumentos financeiros derivativos

Derivativo embutido

Em 2023, a Companhia, através do contrato de fornecimento de energia assinado em 11 de maio de 2004 junto a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE que entrou em vigor em 1º de junho de 2004, inclui um ajuste de preço relacionado ao preço do alumínio no mercado, que é regido pelo LME (London Metals Exchange). Se o preço do LME for maior que US\$ 1.450.00 por tonelada métrica até o limite de US\$ 2.773,21, a Companhia deverá acrescer esta diferença aos custos de aquisição da energia adquirida. Em 31 de dezembro de 2024 não havia valores a serem reconhecido devido ao fim do contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE.

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(891)
Derivativo (Energia)	-	-	2.620	-
	-	-	2.620	-
	-	-	2.620	(891)

No exercício de 2024 e 2023 segue apuração do cálculo do *mark-to-market* deste derivativo. Utiliza-se como principal parâmetro a curva futura de preços de energia. Essa curva é elaborada por uma metodologia própria da instituição e é tornada pública a todos os agentes participantes. A marcação ao mercado ocorre pela simples diferença entre o contrato futuro existente (preço contrato x quantidade contrato) e o valor esperado segundo a curva futura (Preço x quantidade contrato). Apresentamos abaixo a respectiva movimentação do exercício:

Método

	2024	2023
Saldo inicial	2.620	48.148
Perda apurada no exercício	(2.620)	(45.528)
Ativo não circulante	-	2.620

Em 2024, a Companhia perdeu R\$ 2.620 (perda de R\$ 45.528 em 2023) apropriada na linha “operações de derivativos”, em resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024 o contrato da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE com a companhia foi encerrado.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade abaixo reflete o efeito no valor justo do derivativo embutido de energia que ocorreria, considerando-se uma variação para mais ou para menos de 25% e 50% nas variáveis de risco relevante em 31 de dezembro de 2024 e 2023: dólar, LME, taxas de juros e volatilidade.

Efeito em milhões de Reais	Impactos no resultado			
	(25%)	25%	(50%)	50%
31 de dezembro de 2024				
Derivativo embutido	-	-	-	-
LME	-	-	-	-
USD	-	-	-	--
Taxa de juros	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023				
Derivativo embutido	-	-	-	-
LME	(3)	128	(112)	401
USD	(0.6)	0.6	(1.3)	1.3
Taxa de juros	0.04	(0.04)	0.09	(0.09)
Volatilidade	(2)	4	(3)	9

Hedge de fluxo de caixa

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia visa cobrir riscos relativos às flutuações da moeda dólares americanos *versus* reais, relacionadas às vendas futuras esperadas de Alumínio. Assim, a Companhia designou cerca de 36 operações financeiras *non-deliverable forward* (“NDF”), com as instituições financeiras Itaú Unibanco S.A, Banco BNP Paribas S.A e Banco Bradesco. como um *hedge* de sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa futuros devido às flutuações na taxa de câmbio, garantindo maior estabilidade no fluxo de caixa da Companhia. Para fins de teste prospectivo efetivo das operações contratadas, o índice visa medir o grau em que a mudança no valor justo, ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge atribuível ao risco protegido, é compensado pela mudança no valor justo ou no fluxo de caixa do instrumento de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2024 constam no balanço os seguintes saldos:

Em milhares de Reais	2024			Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA (BRL)	Imposto Diferido reconhecido em ORA (BRL) (i)	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado	Valor reclassificado da reserva de <i>hedge</i> para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela classificação
	Valor contábil	Ativos BRL	Passivos BRL						
Risco Cambial									
Contratos de câmbio a termo para vendas altamente prováveis	340.000	-	267.425	Instrumentos Financeiros Derivativos	(267.425)	90.924	-	66.791	Outras Despesas Operacionais
Risco Cambial									
Contratos de câmbio a termo para vendas altamente prováveis	339.000	166.772	(766)	Instrumentos Financeiros Derivativos	166.006	(56.703)	-	153.776	Outras Despesas Operacionais

Em 2024, a Companhia liquidou 24 operações financeiras (24 operações financeiras em 2023), onde apurou um ganho de R\$ 66.791 (R\$ 153.776 em 2023) apropriada em receitas (despesas) operacionais, conforme nota explicativa nº 26.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	279.194	189.768
Aplicações financeiras (i)	126.089	176.872
	405.283	366.640

As aplicações financeiras consistem em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com remuneração média de 96,25% da variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI). Os CDBs possuem liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha. Adicionalmente, são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

9 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber de terceiros - no país	252.119	263.615
Provisão para perdas esperadas - no país	(1.735)	(1.735)
	250.384	261.880

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo de contas a receber de clientes é composto da seguinte forma de vencimento:

	2024	2023
A vencer	212.005	239.606
Vencido (inferior a 30 dias)	35.626	22.175
Vencido (inferior a 180 dias)	2.753	99
Vencido (superior a 360 dias)	1.735	1.735
	252.119	263.615

Conforme apresentado acima, a Companhia possui como histórico o recebimento de seus recebíveis num prazo de até 90 dias após vencimento e não há histórico material de inadimplências, bem como o risco em relação as perdas no saldo dos seus clientes é bastante limitada e por esta razão, o risco de provisão para perdas é imaterial.

10 Estoques

	2024	2023
Produtos acabados	524.077	349.905
Produtos em processo	217.519	192.878
Matéria prima	104.619	107.984
Materiais auxiliares	154.056	164.592
Importação em andamento	221.245	160.289
Provisão ao valor realizável dos estoques (i)	-	(4.557)
Provisão para obsolescência de materiais auxiliares (ii)	<u>(31.419)</u>	<u>(34.435)</u>
	<u>1.190.097</u>	<u>936.656</u>

- (i) Após a avaliação do valor realizável líquido dos estoques, considerando fatores como custo de produção, quantidade em estoque e preço de venda, a Companhia não registrou a provisão em 2024 (de R\$ 4.557 em 2023).
- (ii) Valores relativos à provisão para obsolescência para estoques de materiais de uso e consumo, refletindo a potencial perda de valor destes itens.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo das vendas". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 5.882.142 (em 2023 R\$ 5.513.167). Vide Nota 24 (c).

11 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Os saldos destas contas estão representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base o valor de mercado das *commodities* correspondentes. Todas as transações possuem contratos formais com prazos de pagamento/recebimento definidos.

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Nippon Amazon Aluminium Company Ltd. – NAAC	192.019	179.514	-	179.607
Atlas Alumínio S.A.	505	192.068	20.802	187.726
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	1.481	147.795	876	49.716
Mineração Paragominas S.A.	28	30.120	22	59.520
Hydro Aluminium Holdings Ltda	-	20.554	-	3.705
Norsk Hydro Brasil Ltda.	312	8.768	619	5.346
Norsk Hydro Energia Ltda.	-	82	-	89
Hydro Rein Brasil Energia Renováveis Ltda	-	-	-	631
Hydro Rein Boa Sorte Holding B.V	-	-	-	28.916
Hydro Aluminium International S.A.	-	-	-	200
Norks Hydro ASA	-	332	-	343
Hydro Aluminium A.S	-	292.919	-	182.282
Hycast AS	-	210	-	58
Hydro Energ AS	-	60	-	-
Hydro Rein Invest AS	-	-	-	1.347
Hydro Aluminium AS	-	-	-	1.950
Norsk Hydro ASA	-	-	-	12
Hydro Extrusion Hungary	-	1.455	-	954
Hydro Extrusion Brasil S/A	17.958	61	-	-
	<u>212.303</u>	<u>873.938</u>	<u>22.319</u>	<u>702.402</u>

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Cientes Partes relacionadas	210.389	-	18.425	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	1.914	-	3.894	-
Passivo circulante				
Fornecedores partes relacionadas	-	460.743	-	232.037
Obrigação de aquisições de coligadas (REIN)	-	-	-	28.916
Dividendos a pagar	-	365.025	-	365.025
Outras contas a pagar com partes relacionadas (i)	-	48.170	-	76.424
	212.303	873.938	22.319	702.402

- (i) Saldo a ser pago à Mineração Paragominas referente aos investimentos do programa Terpaz no montante de R\$ 26.966 (R\$ 59.520 em 2023).

As transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2024		2023	
	Receita	Custo/ Despesa	Receita	Custo/ Despesa
Venda de Produtos e Serviços				
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	2.075.121	-	1.819.935	-
Hydro Aluminium International S.A.	892.215	-	833.771	-
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	1.256	-	1.205	-
Hydro Extrusion Brasil S/A	96.516	-	2.836	-
Atlas Alumínio S.A	166.934	-	362.424	-
Compra de matéria prima				
Hydro Aluminium A.S	-	(726.740)	-	(1.047.241)
Ananke Alumina S.A.	-	-	-	(31.609)
Hydro Aluminium Holdings Ltda	-	(63.876)	-	(19.327)
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(2.185.036)	-	(1.448.430)
Outros custos				
Hydro Aluminium A.S	-	(5.861)	-	(12.485)
EN Hydro Energi BA common HLC	-	(59)	-	-
Hycast AS YCA	-	(1)	-	-
Norsk Hydro Brasil Ltda	-	(636)	-	(1.604)
Norsk Hydro ASA	-	(246)	-	(18)
Hydro Extrusion Hungary Kft. – GIH	-	(22)	-	-
Norsk Hydro Energia	-	-	-	(43)
Despesas com vendas e comerciais				
Norsk Hydro Brasil Ltda	-	(4.588)	-	(4.416)
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	-	(21.944)	-	(17.676)
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A	-	(179)	-	-
Hydro Aluminium A.S	-	(55)	-	(242)
Atlas Alumínio S.A	-	-	-	(18.390)

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	Receita	Custo/ Despesa	Receita	Custo/ Despesa
Outros				
Mineração Paragominas	-	(32.554)	-	-
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(2.342)	-	(2.477)
Hydro Aluminium A.S	-	(22.778)	-	(6.211)
Hydro Extrusion Hungary Kft. – GIH	-	(5.075)	-	-
Hydro Energ AS	-	-	-	(61)
Hydro Rein Brasil Soluções	-	(329)	-	(520)
Hydro Extrusion Hungary	-	(14.623)	-	(11.676)
Norsk Hydro Brasil Ltda	-	(56.946)	-	(51.664)
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Financeiras e variações cambiais				
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd - NAAC	264	(254)	-	(13.206)
Hydro Aluminium A.S	2.321	(15.137)	3.162	(7.223)
Atlas Brasil e Nergia Holding S.A	-	-	4	-
Norsk Hydro ASA	16	(116)	-	-
Hycast AS YCA	3	(13)	3	-
Hydro Extrusion Hungary	39	(333)	88	-
Hydro RG Invest AS	-	(30)	100	-
Hydro REIN Boa Sorte Holding B.V.	-	-	4.130	-
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
	3.234.685	(3.159.773)	3.027.658	(2.694.519)

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2024	2023
Receita operacional bruta - venda de produtos e serviços	3.232.042	3.020.171
Custo dos produtos vendidos e serviços	(2.982.477)	(2.560.757)
Despesas de vendas e comerciais	(26.766)	(40.724)
Outras receitas / despesas administrativas	(134.647)	(72.609)
Variações monetárias e cambiais líquidas	<u>(13.240)</u>	<u>(12.942)</u>
	74.912	333.139

Remuneração da administração

A remuneração do pessoal chave da administração totalizou R\$ 11.445 (R\$ 5.573 em 2023). Os benefícios de curto prazo abrangem, basicamente, a remuneração decorrente dos salários, bônus e gratificações pagos nos exercícios informados.

12 Impostos e contribuições a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	401.004	394.951
Programa de integração social – PIS	74.285	84.548
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.393	1.507
Reintegra - decreto 7633	5.084	7.388
Outros	2.871	1.863
	<u>487.637</u>	<u>490.257</u>
Circulante	129.799	110.604
Não circulante	357.838	379.653
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	60.830	58.834
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	22.160	21.819
	<u>60.830</u>	<u>58.834</u>
Circulante	25.294	22.957
Não circulante	57.696	57.696

Desde 2011 a ALBRAS passou a contabilizar o Reintegra, que é um benefício as empresas produtoras que efetuam exportação de bens manufaturados e podem apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. O valor será calculado mediante a aplicação do percentual que em 2018 foi de 2% e 0,1%, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica em referência. Foi criado pela Lei 12.546 de 2011 e está regulamentado atualmente pelo Decreto Lei 8.543 de 2015 e Decreto Lei 9.393, de 30 de maio de 2018.

Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos vinculados ao processo produtivo que a Companhia compensa com outros tributos federais. Adicionalmente em 2022 foram contabilizado R\$ 57.696 referentes a reconhecimento de ganhos futuros através do Processo 0004020-30.1995.4.01.3400 (ação pleiteando o direito de aplicação do IPC de janeiro de 1989 para ajuste de lançamentos patrimoniais decorrentes da inflação e para restituição de tributos pagos nos últimos 05 anos).

Em 2024 foi realizada uma revisão das apurações dos créditos tributários de PIS e COFINS, referente aos últimos 12 meses do ano de 2023. Como resultado desta revisão, chegou-se a um montante adicional de créditos tributários de PIS e COFINS de R\$ 60.217 (R\$ 74.833 em 2023) decorrentes, principalmente, das aquisições de ativos imobilizados, materiais de uso e consumo e serviços, em conformidade com a legislação tributária, critério da essencialidade no processo produtivo e valor da aquisição para fins de análise, de acordo com a materialidade empregada.

Diante desse contexto, houve uma reclassificação de créditos tributários sobre ativos fixos que faziam parte do custo de aquisição para a conta recuperável de PIS e COFINS no valor de R\$ 29.338. Vale ressaltar que o impacto no resultado é de R\$ 30.879 (R\$ 37.403 em 2023), decorrentes de ajustes de novos créditos tributários sobre ativos fixos, materiais de uso e consumo, serviços e ajustes de depreciação.

Segue a composição dos principais impactos da revisão dos créditos tributários:

	2024
Ativo	
Créditos de PIS/COFINS	60.217
Ajuste sobre ativos fixos	(29.338)
Impacto no resultado do exercício	30.879
	2023
Ativo	
Créditos de PIS/COFINS	74.833
Ajuste sobre ativos fixos	(37.430)
Impacto no resultado do exercício	37.403

13 Depósitos em garantias

	2024	2023
Circulante	210.542 (i)	91.296 (ii)
Não Circulante	-	163.732 (i)
	<u>210.542</u>	<u>255.028</u>

- (i) Os valores mantidos em garantia no ativo circulante se referem ao investimento em Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. O aumento do valor é devido a variação do câmbio e rendimento de aplicações financeiras
- (ii) Ativo circulante referente à 2023 referia-se ao investimento em Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. Garantia liquidada em setembro de 2024, no início das operações do projeto.

14 Outros recebíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes outros recebíveis:

	2024	2023
Recebíveis energia – Mercado de Curto Prazo (MCP) / Cessão (i)	1.053	3.774
Demais recebíveis (ii)	13.008	11.172
Provisão para perdas esperadas - no país	(46)	(619)
	<u>14.015</u>	<u>14.327</u>

(i) Valores relativos à energia excedente no Mercado de Curto Prazo (MCP) em função da cessão de suas sobras contratuais e/ou contabilização e liquidação financeira das diferenças apuradas entre os montantes de energia elétrica contratados e consumidos no mercado livre de energia.

(ii) Valores correspondem, principalmente, a contas a receber com adiantamentos a empregados, antecipações com terceiros e vendas de sucatas.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(1.147.438)</u>	<u>(393.687)</u>
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	390.128	133.853
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Reintegra	1.010	902
Doação Terpaz (i)	-	(20.237)
Outros	12.657	7.332
Provisão para ativos fiscais diferidos (ii)	<u>(190.000)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>213.795</u>	<u>121.850</u>
Corrente	-	-
Diferido	213.795	121.850
Alíquota efetiva	35%	31%

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(i) TERPAZ

Refere-se a doações realizadas no âmbito do programa governamental “TERPAZ” que visa a construção de unidades de atendimento à população carente do estado do Pará.

(ii) Provisão para ativos fiscais diferidos

Refere-se à provisão de não realização de parte do crédito de imposto de renda diferido, tendo como base premissas da Companhia, para os próximos dez anos.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

	2024	2023
Prejuízos fiscais de imposto de renda	430.396	138.168
Prejuízos fiscais de CSLL	135.178	29.976
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	18.890	20.449
Provisão para obsolescências	10.682	13.257
Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros - Derivativos	-	(7.936)
Provisão para perdas em Investimento	1.252	837
Provisão para participação dos Resultados	11.334	12.376
Provisão para perda de ativo	410	410
Provisão para perdas esperadas	605	800
Provisão para beneficiamento RGC	10.535	4.906
IFRS 16 – Leasing	(919)	2.581
Provisão para ativos fiscais diferidos	(190.000)	-
Perda com Hedge Accounting	90.924	-
Crédito Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS	(23.937)	(23.937)
Outros	1.455	199
	496.806	192.086

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R\$ 496.806 (R\$ 192.086 em 2023), pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. O valor do prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 1.517.714 (R\$ 348.664 em 2023).

Há reconhecido no balanço o valor de R\$ 90.924 (R\$ 56.703) de diferidos calculados sobre o Hedge accounting posição passiva em 31 de dezembro de 2024. Vide nota 7.3.1 (b).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A determinação da provisão para imposto de renda, ou o imposto de renda diferido ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma provisão de R\$ 190.000 referente a projeção de não recuperabilidade do ativo diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social oriundo de prejuízo fiscal e bases negativas nos próximos 10 anos. Essa provisão poderá variar na medida em que as estimativas de longo prazo mudem.

16 Imobilizado

Composição do saldo

	Terrenos, Edificações e Instalações Fabris	Equipamentos de transportes	Máquinas, equip. e mat. Permanente	Equip/aplicat. informática	Encargos capitalizados	ARO - RGC	Arrendamentos	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldo em 1º de janeiro de 2023										
Custo										
Saldo inicial	341.569	26.724	2.180.775	78.748	24.332	32.504	165.711	2.850.363	345.135	3.195.498
Aquisição	72.599	5.450	327.085	332	-	7.564	13.752	426.782	117.822	544.604
Transferência	-	1.224	-	-	-	-	(1.224)	-	-	-
Baixa	(1.044)	(1.918)	(115.330)	-	-	(4.360)	(21.306)	(143.958)	-	(143.958)
Ajuste	(2.119)	(94)	(44.909)	-	-	-	-	(47.122)	-	(47.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	411.005	31.385	2.347.621	79.080	24.332	35.708	156.933	3.086.064	462.957	3.549.022
Depreciação										
Saldo inicial	(138.261)	(20.742)	(879.922)	(73.922)	(11.896)	(12.210)	(58.452)	(1.195.406)	-	(1.195.406)
Transferência	-	(1.224)	-	-	-	-	1.224	-	-	-
Baixa	561	1.908	89.402	-	-	4.360	21.306	117.536	-	117.536
Ajuste	162	22	10.340	-	-	-	-	10.525	-	10.525
Depreciação/exaustão no exercício	(15.938)	(2.605)	(251.273)	(1.677)	(1.004)	(6.523)	(37.904)	(316.926)	-	(316.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(153.476)	(22.641)	(1.031.453)	(75.600)	(12.901)	(14.373)	(73.826)	(1.384.271)	-	(1.384.271)
Saldo contábil, líquido	257.529	8.744	1.316.168	3.480	11.431	21.335	83.107	1.701.793	462.957	2.164.750
Saldo em 1º de janeiro de 2024										
Custo										
Saldo inicial	411.005	31.385	2.347.621	79.080	24.332	35.708	156.933	3.086.064	462.957	3.549.021
Aquisição (i)	123.506	5.856	418.878	4.456	-	7.746	31.028	591.470	205.772	797.242
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa (ii)	(1.156)	(86)	(146.527)	-	-	(4.993)	-	(152.762)	-	(152.762)
Ajuste (a)	(6.633)	(504)	(29.813)	-	-	-	-	(36.950)	-	(36.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	526.722	36.651	2.590.159	83.536	24.332	38.461	187.961	3.487.822	668.729	4.156.551
Depreciação										
Saldo inicial	(153.476)	(22.641)	(1.031.453)	(75.600)	(12.901)	(14.373)	(73.826)	(1.384.271)	-	(1.384.271)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	785	45	112.022	-	-	4.994	-	117.845	-	117.845
Ajuste	593	132	6.883	-	-	-	-	7.610	-	7.610
Depreciação/exaustão no exercício	(26.469)	(3.252)	(290.009)	(2.919)	(1.004)	(7.824)	(42.120)	(373.596)	-	(373.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(178.567)	(25.715)	(1.202.557)	(78.519)	(13.905)	(17.203)	(115.946)	(1.632.412)	-	(1.632.412)
Saldo contábil, líquido	348.155	10.936	1.387.602	5.017	10.427	21.258	72.016	1.855.409	668.729	2.524.139

- (i) As adições foram, principalmente, no grupo de máquinas e equipamentos, em função dos gastos com os revestimentos das cubas, adicionalmente, contratos de *leasing* (IFRS16) relacionados à equipamentos industriais.
- (ii) As baixas significativas no exercício, ocorreram, principalmente, em função da substituição das reformas das cubas, sucateamento e outros.

a. Revisão de créditos tributários

Em 2024 foi realizado um trabalho de revisão de créditos tributários do PIS e da COFINS. Parte deste trabalho consistia em identificar valores de créditos tributários oriundos de ativos fixos que não haviam sido reconhecidos pela Companhia. Este levantamento gerou uma redução líquida de R\$ 29.340 (R\$ 36.597 em 2023) no imobilizado da Companhia sendo R\$ 36.950 (R\$47.122 em 2023) de valor de custo e R\$7.609 (R\$10.525 em 2023) de depreciação acumulada.

b. Teste de Impairment

A Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

Em 2024 e 2023, não foi identificado nenhum indicativo de perda que pudesse levar à necessidade da realização do teste de *impairment*.

c. Outras informações

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (gerais e administrativas), totaliza R\$ 349.220 (2023 - R\$ 292.479) e R\$ 16.767 (2023 - R\$ 13.926), respectivamente.

17 Investimentos em coligadas

17a. Saldos patrimoniais

As informações sobre a coligada da Companhia no encerramento do exercício são como segue:

	2024	2023
Participações em coligada	199.827	52.063
Ágio em coligada	120.618	53.616
	320.445	105.679

Nome da coligada	Atividade principal	Participação e capital votante detidos
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	Comercialização de energia	10%
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	Comercialização de energia	10%

As coligadas acima estão contabilizadas nesta demonstração financeira pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas políticas contábeis da Companhia na nota explicativa nº 6.6.

17b. Movimentação

	Investimento em Coligadas			
	2023	Reclassificação de Outros Investimentos VJORA	Impairment	2024
Boa Sorte				
Investimento em coligada	105.679	-	(14.609)	91.070
Vista Alegre				-
Investimento em coligada	-	229.375	-	229.375
Total	105.679	229.375	(14.609)	320.445

Boa Sorte

Em julho de 2023, a Albras adquiriu uma participação de 10% na Companhia Boa Sorte Comercializadora de Energia de maneira estratégica para a Companhia, visando investir na autoprodução de energia sustentável. Em decorrência do investimento na Coligada, em julho de 2023 a Companhia realizou um depósito em garantia no montante de R\$ 91.296.

Embora a Companhia detenha 10% da participação acionária na Coligada, a mesma exerce influência significativa em decorrência do Grupo a qual faz parte exercer influência significativa na Coligada.

Vista Alegre

Em julho de 2023, a Albras adquiriu uma participação de 10% na Companhia Vista Alegre Comercializadora de Energia de maneira estratégica para a Companhia, visando investir na autoprodução de energia sustentável. Em decorrência do investimento na Coligada, em julho de 2023 a Companhia realizou um depósito em garantia no montante de R\$ 162.927.

Em dezembro de 2024, o projeto entrou em operação e com este marco o acordo de acionistas foi atualizado, conforme previsto no contrato. Com essas atualizações, a Companhia passou a ter influência significativa, através de entre outros: participação no conselho, direito à voto, relevância como consumidor final. Sendo assim, o investimento foi reclassificado de instrumento financeiro (FVOCI) para investimento em coligada.

18 Fornecedores terceiros

	2024	2023
Fornecedores no país (a)	396.861	163.424
Fornecedores no exterior	<u>15.312</u>	<u>883</u>
	<u>412.173</u>	<u>164.307</u>

- (a) Os fornecedores nacionais são relativos à prestação de serviços de terceiros, materiais utilizados na produção, entre outros.

Em 2024, houve mudança na metodologia do cálculo das faturas de energia elétrica da Eletronorte, onde foi realizado uma revisão na contabilização.

19 Passivo a pagar de acordo

	2024	2023
Circulante	22.720	-
Não circulante	<u>105.648</u>	<u>-</u>
	<u>128.368</u>	<u>-</u>

Em 2024, a companhia aderiu ao PROREFIS, o Programa de Regularização Fiscal instituído pelo Governo do Estado do Pará, para regularizar a cobrança do ICMS sobre as operações de energia elétrica. A adesão abrange especificamente a TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão), além das cobranças relacionadas à CDE (Custos de Desenvolvimento Energético) e ao PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica).

20 Obrigações de aquisições de coligadas

	2024	2023
Obrigações de aquisições de coligadas – Partes relacionadas (i)	-	28.916
Obrigações de aquisições de coligadas – Terceiros (ii)	<u>199.180</u>	<u>59.109</u>
	<u>199.180</u>	<u>88.025</u>

- (i) Em 2023, o saldo de R\$ 28.916 refere-se ao investimento na Coligada “Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.”, vide nota nº 17, liquidado no exercício de 2024 para a empresa Hydro REIN Netherlands BV.
- (ii) Em 2023, o saldo de R\$ 59.109 refere-se ao investimento na Coligada “Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.”, vide nota nº 17, liquidado no exercício de 2024 para a empresa Hydro REIN Netherlands BV. Em 2024, o montante demonstrado como terceiro refere-se ao investimento na coligada Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A, a ser pago para Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.

21 Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são contratados em dólares americanos e registrados no balanço como abaixo nas modalidades de Antecipação de Contrato de Cambio (ACC), Pré Pagamento de Exportação (PPE) e Empréstimo 4131:

Instituições Financeiras	Moeda	Encargos Financeiros	Vigência		2023	Captação	Amortização Principal	Amortização juros	Encargos Financeiros	Variação cambial	2024	Curto Prazo	Longo Prazo
			Início	Vencimento									
Contratos de ACC													
BANCO BRASIL	USD	8,25%	07/07/2023	14/06/2024	41.371		(39.868)	(1.756)	83	170	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	7,03%	13/10/2023	30/04/2024	29.502		(29.172)	(499)	45	124	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	7,26%	13/10/2023	30/08/2024	9.839		(9.724)	(172)	15	42	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	7,26%	13/10/2023	30/08/2024	14.758		(14.586)	(257)	23	62	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	7,30%	13/10/2023	30/09/2024	29.520		(29.172)	(518)	46	124	-	-	-
BANCO SANTANDER	USD	7,92%	24/10/2023	30/04/2024	24.574		(24.844)	(575)	30	815	-	-	-
BANCO SANTANDER	USD	8,24%	24/10/2023	30/09/2024	24.589		(24.844)	(598)	32	821	-	-	-
BANCO SANTANDER	USD	7,90%	24/10/2023	28/03/2024	34.402		(34.781)	(803)	42	1.140	-	-	-
JP MORGAM	USD	8,28%	10/04/2024	26/08/2024		35.189	(38.441)	(1.221)	1.221	3.252	-	-	-
JP MORGAM	USD	8,27%	10/04/2024	19/09/2024		45.243	(48.770)	(1.793)	1.793	3.527	-	-	-
JP MORGAM	USD	8,27%	10/04/2024	19/09/2024		45.243	(48.770)	(1.804)	1.804	3.527	-	-	-
Total ACC					208.555	125.675	(342.972)	(9.996)	5.134	13.604			

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Instituições Financeiras	Moeda	Encargos Financeiros	Vigência		2023	Captação	Amortização Principal	Amortização juros	Encargos Financeiros	Variação cambial	2024	Curto Prazo	Longo Prazo
			Início	Vencimento									
PPE Modalidade 4131													
BRDESCO S.A - 2022	USD	7,13%	17/12/2022	17/12/2025	217.859		(116.082)	(14.466)	14.953	37.550	139.814	139.814	-
BANCO SANTANDER - 2021	USD	4,14%	11/08/2021	11/08/2024	83.730		(95.991)	(3.659)	2.502	13.417	0		
BNP - PARIBAS - 2022	USD	5,25% a 6,86%	28/07/2022	28/07/2025	198.288		(111.196)	(13.933)	12.242	41.390	126.792	126.792	-
BANCO SANTANDER - 2023	USD	7,53%	05/07/2023	06/07/2026	93.930		(33.058)	(8.791)	8.866	21.170	82.117	40.619	41.499
BANCO SANTANDER - 2023	USD	7,53%	05/07/2023	06/07/2026	168.457		(60.607)	(15.766)	15.835	37.804	145.724	74.264	71.459
BANCO ITAU - 2023	USD	7,83%	15/09/2023	15/09/2026	124.812		(45.243)	(12.495)	11.571	29.480	108.125	52.394	55.731
BRDESCO S.A - 2023	USD	8,16%	30/11/2023	14/11/2026	97.648		(33.535)	(8.689)	8.514	20.305	84.242	40.896	43.346
BANCO BRASIL - 2024	USD	9,40%	08/01/2024	12/12/2028	-	243.100	-	(12.876)	27.347	66.515	324.086	113.548	210.538
BANCO BNP PARIBAS - 2024	USD	7,28%	02/02/2024	06/08/2025	-	79.224	-	(5.903)	7.199	19.853	100.373	1.296	99.077
BANCO SANTANDER - 2024	USD	8,84%	06/02/2024	10/02/2027	-	84.468	-	(4.358)	8.158	20.801	109.069	37.858	71.211
BANCO BRADESCO - 2024	USD	SOFR+3,8%	24/04/2024	26/04/2027	-	149.617	-	(9.095)	12.509	29.960	182.991	3.414	179.577
BANCO BRADESCO - 2024	USD	8,20%	26/06/2024	28/06/2028	-	274.000	-	(15.064)	15.147	35.615	309.698	83	309.615
BANCO SANTANDER - 2024	USD	9,30%	29/07/2024	30/07/2027	-	96.152	-	-	5.057	9.117	110.326	5.058	105.268
Total PPE					984.724	926.561	(495.712)	(125.095)	149.900	382.977	1.823.356	636.035	1.187.321
Total Empréstimos					1.823.356								
Custo de transação dos empréstimos			Corrente		-								
Custo de transação dos empréstimos			Não corrente		(5.689)								
			Passivo Circulante		636.035								
			Passivo não circulante		1.181.632								

Em 2024, a Companhia contratou US\$ 179,000 milhões novos empréstimo de longo prazo em moeda estrangeira, na modalidade “4131” e “PPE” com os Bancos Santander S.A., Banco do Brasil, BNP Paribas e Banco Bradesco a taxa pré-fixada média de 8,32% a.a., já incluído 15% de IR, pagamento de juros trimestrais e semestrais e amortizações de principal entre 12^a e 48^o mês.

Em 31 de dezembro de 2024 os empréstimos em moeda estrangeira (que são predominantes ao portfólio de dívida da Companhia) estão apropriados no Ativo Circulante a US\$ 95.500 milhões e no Passivo Não Circulante a US\$ 191.742 milhões.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados a longo prazo (não circulante) se aproximam ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro de 2024 a posição em aberto é a seguinte:

	2024
2025	636.035
2026	1.181.632
	1.817.667

A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos a necessidade de apresentação de garantias bem como não há qualquer indicativo de não atendimento a cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

22 Arrendamentos

a. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado. Sua movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 16.

Passivos de arrendamentos

Os efeitos passivos relativos aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamento financeiro em conjunto com a classificação contábil de ativos de direito de uso mencionados são conforme tabela abaixo:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Menos de um ano	43.894	49.201	7.719	8.883	36.176	40.317
Entre um e cinco anos	37.846	58.932	1.712	5.555	36.134	53.378
	81.740	108.133	9.431	14.438	72.310	93.695
Circulante		-		-	36.176	40.317
Não circulante		-		-	36.134	53.378

Em 2024, os arrendamentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Arrendamentos
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>122.803</u>
Adições	13.752
Pagamentos	(54.306)
Juros	11.446
Variação Cambial	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<u>93.695</u>
Adições	24.597
Pagamentos	(56.176)
Juros	10.194
Variação Cambial	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	<u><u>72.310</u></u>

23 Provisões e Depósitos Judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisões</u>	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias	3.293	3.003	13.377	16.886
Cíveis	-	-	5.207	4.659
Trabalhistas e previdenciárias	6.784	6.185	12.617	12.768
Ambiental	-	-	1.882	3.951
Restauração ambiental (Nota Explicativa 6.2)	-	-	67.730	58.403
	<u>10.077</u>	<u>9.188</u>	<u>100.813</u>	<u>96.667</u>
Circulante		-	20.306	7.960
Não circulante	10.077	9.188	80.507	88.707

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.377	107.504
Adições	3.424	9.483
Pagamentos	(90)	(12.664)
Reversões	(84)	(16.523)
Atualizações monetárias	561	8.867
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.188	96.667

Adições	1.821	20.411
Pagamentos	(1.160)	(11.700)
Reversões	(133)	(15.734)
Atualizações monetárias	361	11.169
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>10.077</u>	<u>100.813</u>

a. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2024 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R\$ 33.083 (R\$ 36.034 em 2023). A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

Tributárias - A provisão realizada consiste, principalmente, em discussão sobre a incidência de contribuições previdenciárias sobre previdência complementar e participação nos lucros e resultados pagos pela Companhia no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005, assim como, glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2013.

Trabalhistas - A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo, considerando o valor de cada causa/condenação, sendo que as reclamações trabalhistas estão relacionadas, principalmente, à pedidos de verbas rescisórias, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços.

Cíveis - A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda de processos envolvendo o valor de cada causa/condenação, sendo que as ações se referem, principalmente a ações de indenização nas quais a Companhia foi condenada por supostos danos sofridos com contrato celebrado fornecedor e/ou em ônus sucumbenciais. Processos são classificados como prováveis quando há ao menos sentença de primeira instância desfavorável e/ou provas evidentes do pleito autoral.

b. Restauração ambiental

A Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente no circulante e não circulante no valor de R\$ 32.217 (R\$ 33.537 em 2023).

O montante refere-se ao valor presente da estimativa dos custos totais utilizando uma taxa de desconto médio de 10.528%.

Adicionalmente, a Companhia mantém uma provisão ambiental para a restabelecimento de uma área que era utilizada como depósito de rejeitos. Este montante está registrado no passivo

circulante e não circulante no valor de R\$ 35.513 (R\$ 24.866 em 2023) e encontram-se a valor presente sendo atualizado mensalmente.

Processos judiciais possíveis de perda, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2024	2023
Tributárias (i)	600.842	850.051
Ambientais (ii)	2.176.736	1.681.115
Cíveis (iii)	392.038	327.365
Trabalhistas (iv)	13.760	7.857
	<u>3.183.376</u>	<u>2.866.388</u>

- (i) As contingências tributárias referem-se, principalmente, às glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2013 no valor de R\$ 100.801, à suspensão/isenção de tributos federais em operações de importação através do regime de drawback no valor de R\$ 73.640, bem como tributação sobre offtake rights R\$ 135.954.
- (ii) As contingências ambientais não provisionadas decorrem da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra bem como a existência de decisão condenatória, sendo que as ações ambientais estão relacionadas, principalmente à pedidos de indenização por danos materiais e morais por alegados danos ambientais decorrentes das atividades operacionais da Companhia.
- (iii) O montante relacionado às contingências cíveis classificadas como possíveis referem-se, principalmente, a processos envolvendo cobrança por fornecedor decorrente de alegados danos sofridos com contrato celebrado com a Companhia e contestação da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres. Processos são classificados como possíveis quando ainda não há sentença de primeira instância e/ou provas evidentes do pleito autoral .
- (iv) A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra, considerando 50% do valor da causa dos processos, sendo que as reclamações trabalhistas, estão relacionadas, principalmente à pedidos de verbas rescisórias, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços

24 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é 1.978.909.900 ações ordinárias. Sendo 1.009.244.049 de ações Ordinárias Classe "A" e 969.665.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação.

Em AGE de 26 de abril e 01 de novembro de 2024 foram aprovados respectivamente, em unanimidade e sem ressalva, o aumento de capital social da companhia em R\$ 385.000.000 e R\$ 315.000.000, mediante a emissão de 385.000.000 e 315.000.000 novas ações ordinárias, representadas por 385.000.000 ações classe "A", e 315.000.000 ações classe "B", todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00.

Nova composição do capital social da Companhia após o aporte de capital:

ACIONISTA	POSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/12/2023			AGE 2024		POSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/12/2024				
	%	Ações ordinárias Quantidade	Classe	R\$	Ações ordinárias Quantidade	Classe	%	Ações ordinárias Quantidade	Classe	R\$
Atlas Alumínio S.A.	51	652.244	A	652.244	357.000	A	51	1.009.244	A	1.009.244
Nippon Amazon Aluminium Ltd. - NAAC	49	626.666	B	626.666	343.000	B	49	969.666	B	969.666
	100	1.278.910		1.278.910	700.000			1.978.910		1.978.910

Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º, realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. Em 2024 houve a absorção de R\$ 1.046 devido o prejuízo acumulado.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva especial

Esta reserva especial foi efetuada na proporção da depreciação e da baixa de bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva especial foi absorvida pelo prejuízo apurado naquele ano. O montante da reserva especial era de R\$ 69.970.

Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Em 2024 houve a absorção de R\$ 35.671 com o saldo de Reservas de Incentivo Fiscal, devido o prejuízo acumulado.

Reserva de lucros para expansão

A Companhia constitui a reserva de lucros para expansão para atender a projeto de investimento, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está justificada com o orçamento de capital proposto pela administração da Companhia. Em 2023, Companhia absorveu prejuízos acumulados, com o saldo de Reservas de lucros para expansão, no montante de R\$ 200.928. Em 2024, a absorção foi no montante de R\$ 896.926, totalizando R\$ 1.097.854.

Destinação do resultado do exercício

A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(933.643)	(271.837)
Reserva de capital	1.046	939
Reserva especial	-	69.970
Prejuízo absorvido pelo saldo da reserva de expansão e investimento	896.926	200.928
Prejuízo absorvido por parte da Reserva de incentivos fiscais	35.671	-
	-	-
Resultado do exercício a ser destinado:	-	-

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar no exercício:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	365.025
Dividendos pagos	-
Dividendos propostos (50%)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	365.025
Dividendos pagos	-
Dividendos propostos (50%)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	365.025
Circulante (a)	129.310
Não circulante (a)	235.715

- (a) Em AGE de 19 de dezembro de 2024 foi deliberado que os dividendos relativos a segunda parcela do lucro de 2021 no valor de R\$ 129.310 serão postergados para pagamento até 31 de dezembro de 2025 e, que para o valor de R\$ 235.714 referente ao lucro do exercício de 2022 serão pagos em 04 parcelas iguais de R\$ 59.929, até 31 de dezembro de 2026, 31 de dezembro de 2027, 31 de dezembro de 2028 e 31 de dezembro de 2029 respectivamente.

25 Outras informações

a. Obrigações contratuais

A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R\$ 1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024.

A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2024	2023
Adiantamento (pré-pagamento)	-	1.200.000
Baixas	-	(1.136.842)
	63.158	63.158
Circulante	-	58.300
Não circulante	-	4.858

Com o fim do contrato da companhia com a Eletronorte em 31 de dezembro de 2024 a parcela do adiantamento sobre o contrato foi quitada não havendo mais pendências entre as partes.

A Companhia mantém acordo contratual com a Alunorte e recebeu em 2024, aproximadamente, 864 mil toneladas métricas de alumina (862 mil em 2023), com preço calculado com base no Acordo Básico de Vendas.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia qualquer saldo pendente relativo à quantidade contratada para o exercício, inexistindo, portanto, qualquer direito a esse tipo de cobrança.

b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	2024	2023
Venda de produtos		
Alumínio (i)	6.351.252	5.765.150
Venda de serviços e outros (ii)	30.842	19.216
	6.382.094	5.784.366
Impostos		
Venda de produtos – Alumínio	(379.993)	(350.539)
Venda de serviços e outros	(2.980)	(2.146)
	(382.973)	(352.685)
Receita operacional líquida	5.999.121	5.431.681

- (i) A variação entre os exercícios ocorreu, principalmente devido ao aumento do faturamento bruto de +10%, o qual foi afetado pela variação cambial em +9% (média em 2023 de 4,99 para média em 2024 de 5,40), e o preço de mercado LME (London Metal Exchange) - indicador internacional de alumínio, em +4%. Porém, houve um volume faturado a menor de 7 mil toneladas em 2024, comparado a 2023, aproximadamente, compensando em -2%. Além do impacto de -2% de cut-off (volume faturado, contudo em trânsito ao cliente) entre os períodos.
- (ii) Em 2024, a Companhia realizou R\$ 30.842 (R\$ 19.216 em 2023) de receita com a cessão de direitos e outros. Deste total, R\$ 17.000 (R\$ 8.370 em 2023) se refere à cessão de energia e o saldo remanescente, de R\$ 13.842 (R\$ 10.846 em 2023), trata-se da venda de sucata e serviços.

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	2024	2023
Ásia	2.079.723	1.819.935
Europa	892.215	833.771
	2.971.938	2.653.706
Mercado externo	2.971.938	2.653.706
Mercado interno	3.027.183	3.111.444
	5.999.121	5.765.150
Parte relacionada	3.245.697	3.066.913
Outros	2.753.424	2.698.237
	5.999.121	5.765.150

c. Custo dos produtos vendidos e serviços

	2024	2023
Custos fixos		
Pessoal	(218.407)	(212.487)
Material	(100.545)	(94.836)
Depreciação	(353.108)	(292.526)
Outros	(159.021)	(131.449)
Variação de Estoque (i)	96.549	(310.402)
	<u>(734.532)</u>	<u>(1.041.700)</u>
Custos variáveis (ii)	<u>(5.147.610)</u>	<u>(4.471.467)</u>
Custo dos produtos vendidos	<u>(5.882.142)</u>	<u>(5.513.167)</u>

- (i) Os gastos apresentados nessa linha são compostos pelas variações de estoque de produtos em processo e acabado (variação de inventário), em função da oscilação de quantidade e preço do estoque de metal líquido e lingote entre os anos de 2023 e 2024.
- (ii) Os custos variáveis foram impactados pelo aumento do preço da alumina e ICMS e encargos sobre energia.

Em 2024 não houve eventos que impactassem perda de produção na Companhia.

26 Receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Vendas e comerciais		
Taxas e serviços carga	(113.897)	(76.336)
Demurrage	(4.899)	(1.627)
Partes relacionadas	(26.766)	(40.724)
Outras	(14.225)	(14.983)
	<u>(159.787)</u>	<u>(133.670)</u>
Gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios	(28.151)	(35.156)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(54.456)	(45.563)
Tributos	(20.987)	(39.290)
Partes relacionadas	(79.606)	(72.609)
Depreciação e amortização	(14.775)	(12.793)
Remuneração dos administradores	(11.445)	(5.573)
Outras	(62)	(35)
	<u>(209.482)</u>	<u>(211.019)</u>
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	8.814	7.162
Doações SBI Sustainable Barcarena Initiative	(3.000)	(2.100)
Revisão de créditos tributários (i)	19.755	24.613
Cyber security IT (ii)	(27.964)	-
Despesas incorridas na subestação da linha de redução I	(12)	(149)
Reintegra	2.972	2.654
Provisão de obsolescência	3.016	(3.864)
Perda / ganho pré-pagamento – Eletronorte	44.589	52.100
PIS/COFINS sobre outras receitas	(5.022)	(4.923)

	2024	2023
Provisão com perdas esperadas	574	(552)
Baixa de ativos	(34.872)	(26.423)
Participação Resultados exercício anterior	(2.352)	1.902
Despesas legal processos ativos e passivos	(3.899)	(921)
Despesas Consultoria Energia	827	(2.126)
Despesas Covid -19	-	(853)
Programa PROREFIS (iii)	(309.146)	-
Acordo ICMS (iv)	(79.721)	-
Despesas coparticipativas com CCEE exercícios anteriores	-	(7.772)
Mudança de estimativa ARO/RGC Cubas	1.323	1.309
Ganho com Hedge (v)	66.791	153.776
Perda impairment projeto energia Boa sorte	(14.609)	-
Projeto Social do Governo do Estado do Pará – TERPAZ	-	(59.520)
Outras	<u>(84.378)</u>	<u>(43.654)</u>
	<u>(416.314)</u>	<u>90.659</u>
Despesas operacionais	<u>(785.583)</u>	<u>(254.030)</u>

- (i) Em 2024 a revisão das apurações dos créditos tributários de Pis e Cofins referentes aos últimos 12 meses do ano de 2024 impactaram o resultado em R\$ 19.755 (R\$ 24.613 em 2023).
- (ii) Pagamento referente a sistemas de TI para garantir a segurança das atividades da companhia contra-ataques cibernéticos.
- (iii) O valor de R\$ 309.146 corresponde a débitos decorrentes de autos de infração do ICMS, abrangendo diversas situações específicas. Entre elas, estão os valores cobrados sobre a TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão), CDE/Proinfa (Custos de Desenvolvimento Energético/Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), e excedentes de energia, além de operações de vendas de lingotes, nas quais a SEFA (Secretaria da Fazenda) exigia o pagamento antecipado do ICMS. Adicionalmente, estão incluídos nesse montante os valores associados à apreensão de mercadorias, devido à cobrança do DIFAL (Diferencial de Alíquota do ICMS), em função da situação cadastral de ativo não regular da Companhia. Todos esses débitos foram formalmente incluídos no PROREFIS, o Programa de Regularização Fiscal instituído pelo Governo do Estado do Pará, com o objetivo de facilitar a regularização tributária e promover a quitação das pendências fiscais.
- (iv) O valor de R\$ 79.721,00 refere-se à adesão ao parcelamento decorrente do comunicado de autor regularização da cobrança do ICMS sobre as operações de Energia Elétrica, especificamente da TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão).
- (v) A valorização do dólar americano em relação ao real desfavoreceu as liquidações de 2024, visto que para os contratos fechados para esse exercício a taxa de dólar contratada estavam mais próximas das taxas realizadas o que gerou ganhos menores.

27 Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos s/empréstimos e financiamentos (ii)	(156.628)	(67.651)
Variação cambial s/empréstimos e financiamentos(i)	(540.816)	-
Variação cambial fornecedor exterior parte relacionada(i)	(15.883)	-
Variação cambial Fornecedor exterior(i)	(18.174)	-
Correção monetária sobre contingências passivas	(18.236)	-
Juros sobre PROREFIS e Acordo ICMS (iv)	(23.828)	-
Variação cambial obrigações de aquisições de coligadas (i)	(23.187)	-
Juros sobre arrendamentos	(10.194)	(11.446)
Operações com derivativos embutidos	(2.620)	(45.528)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(4.610)	(2.031)
Outras	<u>(12.193)</u>	<u>(1.803)</u>
	<u>(826.369)</u>	<u>(128.459)</u>

	2024	2023
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	33.601	4.756
Correção monetária IPC89	5.966	7.235
Operações com derivativos - Boa Sorte	-	4.130
Juros obtidos	-	2.711
Variações cambiais(iii)	250.003	49.471
Ganhos com atualização monetárias ressarcimento PIS/COFINS	58.944	-
Outras	(979)	1.985
	<u>347.535</u>	<u>70.288</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(478.834)</u>	<u>(58.171)</u>

- (i) Em 2024 houve captação de novos empréstimos com taxas de juros maiores , além do aumento significativo na taxa de dólar se comparado a 2023 uma valorização de aproximadamente 27,9%, que elevou os valores com variação cambial significativamente as contas com moeda Dólar no balanço.
- (ii) Em 2024 a companhia captou US\$ 179,000 milhões em novos empréstimos e a valorização do dólar perante o dólar elevou as despesas com variação cambial.
- (iii) Ganhos econômicos com a variação cambial de contas mantidas no exterior para quitações de obrigações para com terceiros, além de conta de scrow account a ser utilizada na quitação de valores a pagar com Projeto Vista Alegre.
- (iv) Em 2024 a Companhia aderiu ao PROREFIS um programa de regularização fiscal com descontos nos juros e multas dos débitos tributários, além de assinatura de acordo com o Governo do estado do Pará adesão ao parcelamento decorrente do comunicado de autor regularização da cobrança do ICMS sobre as operações de Energia Elétrica, especificamente da TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão).

* * *

Luiz Roberto Silva Junior
Diretor executivo

Marcos Bemfica
Gerente executivo financeiro

Aline Vaskys Rocco
Contadora
CRC: 1SP293164/0-9